

Destino de ACM e Arruda começa ser definido hoje

Acareação é o último estágio antes de o Conselho de Ética recomendar o tipo de punição aos senadores; parecer do relator será entregue dia 10

Anamaria Rossi
de Brasília

Quando os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) estiverem frente a frente, hoje à tarde, no Conselho de Ética do Senado, para que suas versões sobre a violação do painel eletrônico sejam confrontadas, eles terão entrado na reta final de um processo que pode culminar na cassação ou na renúncia, de um ou de ambos.

Convencidos de que há elementos suficientes para justificar a abertura de um processo por quebra de decoro parlamentar contra os dois colegas, só resta aos integrantes do Conselho de Ética definir a pena que caberá a cada um. Para isso, pretendem explorar todos os detalhes do espetáculo inédito que lhes será oferecido hoje.

A renúncia, embora descartada tanto por Antonio Carlos Magalhães

como por José Roberto Arruda, é vista pela maioria dos integrantes do Conselho de Ética como uma alternativa para evitar a cassação e a perda dos direitos políticos dos dois parlamentares. E, mesmo não fazendo parte do repertório de Antonio Carlos, há vários colegas do senador seguros de que ele renunciaria para poder disputar a eleição para o governo baiano em 2002.



Antonio Carlos Magalhães

Para Arruda, o quadro é bem diferente. Sem partido e sem um eleitorado cativo como o de Antonio Carlos na Bahia, o senador por Brasília perde também um dos principais instrumentos de barganha, à esquerda e à direita, em seu território político local: a interlocução com o governo federal.

Ex-colaboradores de José Roberto Arruda, decepcionados com a participação dele no episódio da violação do painel de votações,

acreditam que o senador, mesmo renunciando, não teria sustentação política para disputar algum cargo nas próximas eleições.

A interpretação não é muito diferente daquela feita por senadores que participam do processo de investigação contra os dois congressistas. "Para Antonio Carlos, a renúncia pode ser uma boa saída, mas Arruda não tem a Bahia", diz Ney Suassuna (PMDB-PB). José Eduardo Dutra (PT-SE), líder da oposição na Casa, é da mesma opinião. Para ele, o senador pelo Distrito Federal não tem como salvar-se politicamente do episódio, ainda que não seja cassado. "Já Antonio Carlos, se renunciar, pode disputar o governo da Bahia."

Arruda e Antonio Carlos podem recorrer à renúncia para evitar a perda dos direitos políticos até o momento em que for iniciado o processo de cassação. Esse processo será

dado como instaurado quando a Mesa Diretora do Senado encaminhar a representação ao Conselho de Ética. A Mesa faz isso em dois casos: provocada pelo próprio conselho ou por

uma representação assinada por um ou mais partidos.

O parecer do relator do processo no Conselho de Ética, Saturnino Braga (PSB-RJ), pode se converter numa representação contra os dois senadores. No conselho, que tem 15 integrantes, a correlação de forças é favorável à abertura do processo.

Mas há a possibilidade de a Mesa rece-

ber o parecer do conselho e demorar a se pronunciar sobre ele, retardando a abertura do procedimento. Se isso acontecer, o PT promete entrar com uma representação, com base no parecer de Saturnino Braga, que a Mesa deve despachar para o Conselho de Ética, dando início ao pro-



Regina Borges

cesso. Neste momento, a renúncia dos acusados de envolvimento na fraude não valeria mais nada.

Saturnino entrega seu parecer no dia 10 de maio. Ele pretende mandar uma cópia do material para o Ministério Público, porque acredita que há indícios de crime, como prevaricação e improbidade administrativa. "Há campo para que os procuradores trabalhem com essas hipóteses", afirma.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen, Regina Borges, estarão sentados lado a lado, hoje à tarde, por decisão do presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), e contra a vontade do corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), que preferia inquirir apenas dois de cada vez.

De Regina e Arruda, os senadores do Conselho de Ética querem saber: se ela recebeu uma consulta, um pe-

dido ou uma ordem para obter a lista; se ela falou com Arruda antes de encaminhar a lista a ele.

De Arruda e Antonio Carlos as dúvidas são: os dois conversaram ou não sobre o painel antes de Arruda levar a lista para o ex-presidente do Senado; Antonio Carlos autorizou ou não Arruda a falar com Regina em seu nome?



José Roberto Arruda

De Regina e Antonio Carlos: qual foi o teor da ligação de ACM para ela, depois de receber a lista; sobre o que conversaram, dias depois, na casa de Isabel Flecha de Lima, assessora de Antonio Carlos.

"Ninguém espera novidades da acareação", diz Dutra, resumindo as expectativas dos colegas. "A tendência é os três manterem o que já disseram. Se isso acontecer, deve prevalecer a versão de Regina, porque ela tem a mais verossímil apresentada até agora."